

COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (*)

F. TEOBALDO M. LANDIM

Uma equipe técnica chegou à Serra Grande, no Estado do Ceará. Começou um levantamento sobre as possibilidades de exploração de uma mina de cobre. Alguns estrangeiros colaboravam nos trabalhos. Aparelhos foram montados na área e aviões sobrevoavam toda a região objeto das observações.

Não tardou a reação da população. As notícias chegavam às redações dos jornais:

“Homens louros, armados, roubavam ouro da Serra, construíam pistas clandestinas para os seus aviões e queriam tomar a terra dos agricultores. Até a Polícia foi levada a investigar aquela “invasão”. Estava, assim, formado o bloqueio entre os técnicos e a população serrana. As explicações, de fontes acreditadas, não tiveram a força das informações preliminares.

O mesmo fenômeno se verificou no Jaguaribe quando a Missão Francesa chegou à região para estudar a potencialidade do Vale e estabelecer, igualmente, as linhas gerais do atual programa de irrigação executado e desenvolvido pelo D.N.O.C.S.

Os estrangeiros foram denunciados como contrabandistas e outros como aventureiros que queriam somente espionar a serviço de governos estrangeiros. Era a própria França “invadindo” o Vale do Jaguaribe, apesar de não existir lagosta naquela área.

É princípio elementar, e todo aluno de Comunicação Social sabe disso, que a proliferação do boato é uma decorrência natural da au-

(*) Trabalho apresentado por ocasião do I Encontro Nacional de Escolas de Comunicação, levado a efeito em Salvador-Bahia, de 28 a 31 de outubro de 1970.

sência de informações. Quando a informação não circula, a especulação e a onda de boatos assumem papel preponderante. Os dois exemplos mencionados bastam para demonstrar a ausência total de um esquema de comunicação entre os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento regional e as populações objeto daquela política.

Para ser mais claro: SUDENE, Banco do Nordeste do Brasil e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.) se mantêm isolados das populações, sem integrá-las nos seus programas desenvolvimentistas e sem incorporar as ditas programações às modernas técnicas de Comunicação Social. Desprezam, portanto, o potencial vivo, latente, representado pelos Meios de Comunicação da área.

Nas regiões mais pobres há sempre tendência para uma interpretação tendenciosa dos fatos, por força mesmo da pequena capacidade perceptiva da realidade. Os programas sociais sofrem críticas injustas e são objeto de exploração política por grupos que desejariam deles se aproveitar.

O trabalho profícuo desenvolvido pelos três órgãos não chega às massas nordestinas em termos concretos em razão da inexistência de uma adequada técnica de comunicação. Se realmente houvesse aquele segmento, tudo não passaria de uma simples canalização de um rio já existente, como diriam os publicitários...

A mensagem seria conduzida ao centro dos interesses daquelas populações, no sentido desejado por elas, servindo inclusive como elemento de quebra da tensão permanente em que vivem, fruto da incerteza do clima e das próprias condições de vida. A realidade — e é bom que se ressalte — é que os órgãos de desenvolvimento nada fizeram para integrar os **mass media** no esquema de desenvolvimento da região. As planificações de gabinete têm evitado o diálogo com as massas, notadamente no campo. São desconhecidas, portanto, as reações dos grupos objeto desses programas.

Quadro atual

A situação atual do Nordeste é projetada dos gabinetes com um grau de otimismo que não corresponde à realidade. A estiagem atual serviu para despertar um pouco do sonho. A SUDENE sofreu profundo desgaste junto às massas ao insistir na negativa da seca, a pretexto de salvar a captação dos recursos do Sul do País, originários dos artigos 34/18 para a região.

Negar a realidade é mostrar-se incapaz de enfrentá-la. O que se observou, após o pronunciamento oficial da SUDENE, foi uma reação violenta das famílias liberadas pela agricultura em crise, traduzindo-se em assaltos a trens, caminhões, mercados, armazéns, sítios e fazendas.

Por que tudo da noite para o dia? O povo esperava um outro comportamento do órgão responsável pelo desenvolvimento do Nordeste. Queria ação imediata e precisa e, ao contrário, chocou-se com uma posição até certo ponto de acomodação de uma situação social explosiva. Um técnico em Comunicação, engajado na programação regional, teria sugerido solução completamente diferente.

Se a SUDENE desejava evitar um desgaste para os investimentos do Nordeste, a mensagem poderia ter-se traduzido de uma maneira realmente distinta. Uma ação imediata contra a estiagem acarretaria outras conseqüências. Senão, vejamos:

1) O proprietário não teria aprofundado a sua descapitalização investindo negativamente em um terceiro plantio, quando o quadro se encaminhava para uma total definição.

2) Os atentados praticados contra o patrimônio público e privado jamais se teriam verificado, evitando-se o amplo noticiário da imprensa nacional, com matérias de primeira página sobre os saques no Nordeste. O desgaste foi muito maior e a SUDENE aprendeu uma dura lição.

Outra lição não menos pessimista nos ofereceu o atual panorama da sêca. Em dez anos de SUDENE não foi possível a afirmação no Polígono de um esquema infra-estrutural de resistência às irregularidades climáticas, donde se conclui, portanto, que o centro principal da política de desenvolvimento regional está longe de ser atingido.

Se examinarmos a história das sêcas no Nordeste chegaremos, inevitavelmente, à conclusão de que estão se repetindo, em 1970, os mesmos fenômenos registrados nas estiagens anteriores, inclusive a de 1915. A diferença básica é que o Nordeste, no momento, explode demograficamente, a ponto de se fazer necessário investimento anual que possibilite a formação de 600 mil novos empregos.

Fácil é observar, pelo exposto, que a ausência total de um esquema de comunicação dirigido às populações nordestinas tem conduzido a uma disparidade entre o que pensam os órgãos de desenvolvimento e as reais necessidades humanas na região. Deve-se procurar entender, de logo, que desenvolvimento econômico não é matéria de exclusividade dos economistas, ou de técnicos preparados *ad hoc* pelos tempestivos cursinhos de T.D.E.

Sociólogos, comunicadores sociais e outros especialistas continuam ausentes dos programas de desenvolvimento regional, isto não apenas no Nordeste mas também na Amazônia e onde quer que existam programações especiais.

É difícil acreditar-se que qualquer dos órgãos de desenvolvimento da região conheça os grupos sociais de qualquer área objeto

de um programa específico. Não conhecemos o nosso camponês, o que pensa, como recebe e como reage às informações recebidas, por quais meios as recebe, e, enfim, o seu tipo de vida. Pelo desconhecimento do homem é difícil aceitar a idéia de que estes órgãos conhecem a realidade total do Nordeste.

Do ponto de vista global, a SUDENE realiza, no Nordeste, quantitativamente, uma obra notável. Nos últimos tempos, todavia, tem funcionado simplesmente como uma agência de administração dos recursos originários das isenções do imposto de renda (artigos 34/18). Os seus escritórios regionais não possuem poder de decisão e contam com uma equipe de trabalho bastante reduzida e integrada na grande maioria de pessoal burocrata.

Desenvolvimento econômico sem que haja uma participação direta da população objeto do programa, uma sondagem dos anseios desta mesma população, é inverter todos os valores e impor, de cima para baixo, tôdas as decisões. A comunidade nordestina poderia assumir um papel de notável significação para os órgãos de desenvolvimento, se motivada para o fato. Dificilmente se sustenta um programa neste sentido quando são retirados os estímulos fiscais e creditícios que o impulsionam.

A industrialização

Aqui, a SUDENE despejou tôda a sua munição. A quantidade de projetos industriais é de tal monta que os recursos originários dos artigos 34/18 são insuficientes para atender à procura.

Entretanto, já se começa a sentir a falta de suporte ao potencial instalado. A má distribuição da população é a causa fundamental das crises no setor industrial nascente. Setenta por cento da nossa população se localizam na zona rural e trinta por cento na zona urbana, vivendo com uma renda **per capita** correspondente a um terço da renda média brasileira. No campo predomina a economia de subsistência, numa agricultura rotineira e superada, gerando, destarte, um poder aquisitivo quase a zero. Os reflexos sistemáticos se fazem sentir na indústria, cujo mercado se restringe por falta de uma ação coordenada para desenvolver o setor primário.

Como pode sobreviver um parque industrial com milhões marginalizados da vida econômica? A sustentação se verifica, por enquanto, através dos privilégios fiscais e creditícios. Se estes chegarem a desaparecer, algum dia, teremos dias negros para o Nordeste.

Vastas áreas do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco estão ameaçadas de despovoamento. Zonas

extremamente áridas, nelas são mínimas as condições de vida. Em conseqüência, o homem aprendeu a construir barragens cortando os rios. As altas temperaturas, entretanto, davam, como ainda dão, um aproveitamento inadequado. De cada 100 milímetros de chuva, apenas seis milímetros são aproveitados. A evaporação é grande, talvez uma das maiores do mundo.

As populações destas áreas são completamente marginalizadas, excluídas totalmente dos benefícios da cultura e da civilização. Praticam uma agricultura extensiva das mais ingratas e, se plantam, é numa economia de subsistência. É pobre o camponês. É pobre o dono da terra. Planeja-se um deslocamento dessas populações e alguns vales estão sendo irrigados com êsse objetivo. No entanto, as populações de nada sabem. Em nada podem oferecer a sua parcela de colaboração ao Governo, cuja preocupação pelo homem nordestino tem sido um marco na história da região.

Como se observa, sem o suporte agrícola o setor industrial não consegue a desejada auto-sustentação. É, portanto, um crescimento artificial.

O desequilíbrio setorial — indústria *versus* agricultura — tem refletido e sido causa de um problema que se prenuncia dos mais sérios — o desequilíbrio interregional. A Bahia disparada no seu desenvolvimento, hoje com um dos mais modernos parques industriais do Brasil e, de outro lado, o Piauí continua sendo o Piauí, afogado no subdesenvolvimento.

Bahia e Pernambuco levam cêrca de oitenta por cento dos recursos do impôsto de renda para os seus projetos. E o fazem muito bem, pois se assim não o fôsse o dinheiro continuaria no Banco do Nordeste. Os outros Estados não poderiam carrear tudo. E por que? As informações não circulam, os quadros empresariais dos demais Estados continuam sem um arcabouço profissional capaz de montar um esquema de desenvolvimento. As diferenças dentro da própria região podem levar a conseqüências sérias.

Tôdas as áreas próprias ao desenvolvimento dos projetos de irrigação estão localizadas, prevendo-se um total de 150 mil hectares nestes quatro anos. A distribuição será feita na base de um lote de cinco hectares por família. A filosofia do programa governamental, diga-se de passagem — o mais caro de todos, é no sentido de levar as populações das zonas áridas e sem condições de vida para os vales úmidos e de amplas condições.

O primeiro passo foi dado em Morada Nova, no Vale do Jaguaribe, com os primeiros colonos trabalhando as suas terras. Como foi feito? Que tipo de homem? E o processo seletivo? Funcionou o "pistolão" político? O homem se integrou bem ao nôvo padrão de trabalho?

Ninguém sabe. O povo desconhece completamente uma obra que pode coroar uma administração governamental. Serão conhecidos, mais tarde, os aspectos negativos — o fracasso de uma safra de verão ou a péssima qualidade das frutas e verduras nos primeiros testes. Os órgãos de desenvolvimento, portanto, não convocam a comunidade para a grande defasagem do desenvolvimento, agora com um flanco aberto rumo à agricultura.

Da maneira como o problema vem sendo conduzido, poderá repetir-se o fenômeno da Fordlândia, citado por Viana Moog in **Bandeirantes e Pioneiros**, mostrando a luta da Ford no Amazonas para implantar uma produção de borracha em larga escala. Deslocou populações especialmente do Nordeste, construiu conjuntos habitacionais e armou um esquema de trabalho dos mais modernos. O fracasso foi total — os tipos de habitação não se enquadravam no esquema tradicional de vida; a alimentação, na base de conserva, quase mata todo mundo e ainda sistemas de diversões jamais alcançados por eles, muitos dos quais fugindo completamente aos padrões da moralidade média.

Os fatos aconteceram em consequência da improvisação, do desconhecimento do homem, do seu modo de vida, das suas reações. Além de outros fatores, o programa fracassou por inadaptação do homem ao esquema colonial implantado. Agora, no plano de integração é bom que se diga: **Remember a Fordlândia!**

Mas, para que se tenha uma idéia exata de como a SUDENE destacou, na imprensa brasileira, matérias sobre a industrialização, leia-se o quadro I

REVISTAS E JORNAIS

1968	Centímetros
Todos os setores	288.998
Industrialização	60 %

FONTE: RP da SUDENE.

Dos dados acima tiramos dois aspectos que merecem uma constatação:

1) Quando a SUDENE escolheu a imprensa escrita para o principal suporte desta divulgação, supôs-se que ela conhecia, antes, o caráter limitativo daqueles veículos, de vez que de dez nordestinos apenas um lê jornais.

2) Observa-se ainda uma divulgação bem maior na imprensa nacional do que na regional (Quadro seguinte). O fato ocorre porque o programa de atividades da SUDENE é, em grande parte, financiado por capitais do Sul do País. É o próprio Serviço de Relações Públicas que declara: "A SUDENE procura sensibilizar os investimentos para a região, isto é, ela procura melhores créditos, sendo pois necessário mostrar realizações, correspondentes a uma imagem onde os fatos sejam uma determinante e não pura e simplesmente viabilidades de projetos."

QUADRO II — Preferência pela imprensa nacional

REVISTAS E JORNAIS

1969	Centímetros
Imprensa Nacional	316.249
Imprensa Regional	138.249

Constata-se, em tôdas as divulgações, um ufanismo, uma afirmação de otimismo, sempre calcada nos números, os quais, correspondendo sômente ao "que" das coisas, não podem oferecer uma imagem mais fiel dos problemas, esforços e tendências do projeto ora em execução. É preciso avaliar debatendo e sômente através dêste mecanismo poderá a SUDENE assumir uma atitude de controle real de sua mensagem por parte da opinião pública nordestina.

Uma experiência de programa de Comunicação integrada a um programa de desenvolvimento sômente poderá surtir efeitos se os planejamentos possuírem uma dimensão da importância do conhecimento das unidades, grupos e conjunto social para quem trabalha. Um exemplo esclarece bem o problema: TV Educativa, Cruzada ABC e Meios de Comunicação trabalham dissociadamente porque não existe uma política de Comunicação Social.

Quantos esforços perdidos quando poderiam ser evitados se na própria formulação do projeto da SUDENE a Comunicação fôsse um setor integrado ao plano e até certo ponto prioritariamente para o bom rendimento do referido programa.

Ao contrário, não se preocupou de uma maneira objetiva com o problema da integração dos **mass media** dentro da estrutura do seu plano e nem tampouco em estabelecer uma política de informação pela qual fôsse possível conhecer, em todos os segmentos

da população, a reação pública diante dos efeitos do seu planejamento. Preferiu muito mais criar uma imagem singular de sua experiência, credenciando-se como uma agência de planejamento, do que interpretar a sua ação e os resultados de sua própria existência no contexto nordestino, na qualidade de um organismo de coordenação de um projeto de desenvolvimento.

O grande potencial dos Meios de Comunicação em disponibilidade, hoje no Nordeste, poderia exercer uma grande atração sobre vastos setores da população. Seria a mobilização dos **mass media** no interior de um projeto de desenvolvimento.

Seria diferente, realmente, se os técnicos e os responsáveis pelo estabelecimento de uma imagem da SUDENE face à opinião pública procurassem quais são os problemas sentidos e reconhecidos pela população, de quais fontes, os tipos de manifestações e atitudes culturais das pessoas após o recebimento de uma emissão; o comportamento da população diante do conteúdo de suas programações e quais os tipos de mensagens que esta mesma população gostaria de receber.

É realmente bastante difícil atingir-se a população nordestina através da imprensa escrita. Vejamos o quadro educacional da região:

QUADRO III — População alfabetizada no Nordeste: 10 milhões

Sexo	Milhões	%
Masculino	4,8	48,5
Feminino	5,1	51,5

FONTE: Fundação I.B.G.E.

É com esta base populacional que os programas de integração pretendem difundir cursos de preparação para os artigos 91 e 99 — respectivamente ginásial e colegial. Na massa nordestina o rádio é, sem dúvida, o maior e mais poderoso instrumento de Comunicação. Pessimamente utilizado, tem contribuído para manter o baixo nível cultural das massas.

Observe-se, no quadro seguinte, a precária distribuição dos quadros escolares:

QUADRO IV — Grau de instrução

Grau	Milhões	%
Elementar	8,7	87,5
Médio	1,1	11,4

FONTE: Fundação I.B.G.E.

Destaque-se que em tôda a região existem apenas 109 mil pessoas com curso superior, o equivalente, portanto, a 1,1 por cento do global.

Com relação ao curso médio é bom salientar que 797 mil, equivalentes a oito por cento, possuem o primeiro ciclo e 338 mil, correspondentes a 3,4 por cento, o segundo ciclo. A situação mais dramática é no nível superior, onde o índice de pessoas formadas é dos menores e a Universidade não oferece perspectivas a médio prazo para alterar o quadro vigente. Mesmo assim, em determinadas profissões se registra uma total saturação do mercado, como é o caso dos bacharéis em Direito, Economia etc.

A Televisão, no Nordeste, funciona como uma repetidora, arranhando **video-tape** produzido no sul pelas matrizes. Fecha-se o quadro para profissionais. As emissoras de rádio passaram a comprar novelas também já devidamente enlatadas, acabando com os seus **casts** de radioteatro. Os programas ao vivo se reduzem e os espaços destinados a informação são os menores e sem condições de ampliação, pelo menos de imediato. Os Departamentos de Telejornalismo — setcres ainda vivos das televisões da região — vivem sufocados sem conseguirem realizar a informação dentro dos níveis de movimentação de imagem que caracterizam a informação pela TV.

Mas, enquanto o Governo quer regular os “enlatados”, há uma tendência para distribuição de “enlatados” educativos para todo o País...

O correto é cada região produzir a sua programação, de forma que seja um reflexo do quadro social e cultural da própria região. Impõe-se, assim, uma tomada de posição definida quanto ao problema. Rio e São Paulo possuem, realmente, o instrumental suficiente para tais programas. Entretanto, jamais abriremos perspectivas para que as demais regiões do País também possuam aqueles instrumentos se continuar a posição de total acomodação.

Creio que, ao chegar na órbita do Ministério da Educação e Cultura, o ministro Jarbas Passarinho não permitirá a continuidade do crime que se pratica contra milhares de profissionais de televisão encostados, frustrados, por força dos "enlatados", muitos dos quais verdadeiros rebutalhos vendidos para o Nordeste brasileiro.

Proposição

Face ao exposto, propomos:

- 1) A instituição de um Grupo de Trabalho para elaborar um programa mínimo destinado a integrar o planejamento nacional e regional dentro de esquemas práticos de comunicação.
- 2) Formação de comissões regionais que se encarregariam daqueles mesmos estudos em suas respectivas áreas de ação.
- 3) Reivindicar junto ao Governo Federal a participação de professores e alunos das Escolas de Comunicação nos programas educativos pela Televisão e pelas emissoras de rádio.

Com a organização adequada dêste esquema, de âmbito nacional, e um maior intercâmbio entre as Escolas de Comunicação, seriam criados grandes laboratórios destinados à formação de técnicos de alto nível.

AUGRAS, Monique — **Opinião pública; teoria e pesquisa.** Rio de Janeiro, Vozes, 1970. 165 p.

MANHEIN, Karl — **Sociologia sistemática; uma introdução ao estudo da sociologia.** São Paulo, Pioneira [1962] 238 p.

SCHRAMM, Wilbur — **Comunicação de massa e desenvolvimento; o papel da informação nos países em crescimento.** Rio de Janeiro, Bloch [1970] 439 p.

MORIN, Edgar — **Cultura de massa no século XX.** Rio de Janeiro [etc.] Forense [1969] 208 p.

VELLOZO, Sérgio Luís R. — **Teoria geral da comunicação coletiva** [Rio de Janeiro] O Cruzeiro [1969].

MELO, José Marques de — **Comunicação social; teoria e pesquisa.** Petrópolis, Vozes, 1970. 318 p.

- FERNANDES, Florestan — **Ensaio de sociologia geral e aplicada** [São Paulo] Pioneira [1960] 423 p.
- FURTADO, Celso — **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. 173 p.
- DURKEIM, Emile — **Educação e sociologia** (São Paulo) Melhoramentos [s/d] 91 p.
- ROBOCK, Stephan — **Desenvolvimento econômico regional; o nordeste do Brasil** [Rio de Janeiro] Fundo de Cultura [1964] 217 p.
- LIPSET, Seymour Martin — **O Homem político**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, 440 p.
- COMISSÃO CARNEGIE DE TELEVISÃO EDUCATIVA — **Televisão Educativa; um programa de ação**. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, s/d, 232 p.
- MURARO, Rose Marie — **A automação e o futuro do homem**. Petrópolis — R.J., Vozes, 1969, 158 p.
- LEAL, Péricles — **Iniciação à Televisão** [Belém] Gráfica Falângola Editôra, 1964, 126 p.
- SANTOS, Milton — **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, 176 p.
- AGUIAR, Wilson A. — **Introdução à TV: produção e direção de programas**. São Paulo, Habitat Editôra, 1967.
- GORDON, George & ISVING, A. Fal — **Comunicação pela TV**. Rio, Forum Editôra, 1968.
- PIGNATARI, Décio — **Informação, linguagem, comunicação**. São Paulo, Perspectiva, 1968.
- LAMBERT, W. W. — **Psicologia social**. Rio, Zahar, 1966.